

**XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE  
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU****Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad**Arequipa – Perú  
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**EVASÃO, CUSTOS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: CASO DA UFSC****ERVES DUCATI**

UFSC

[luiz.alberton@ufsc.br](mailto:luiz.alberton@ufsc.br)**LUIZ ALBERTON**

UFSC

[luiz.alberton@ufsc.br](mailto:luiz.alberton@ufsc.br)**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar os índices de evasão na UFSC e indicar os custos dessa evasão nos cursos de graduação sob a perspectiva da busca de avaliar o desempenho da instituição, e pretende-se que com o alcance desse objetivo, propor meios que as IFES adotem medidas que visem reduzir a evasão escolar. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados dados do período de 2008 a 2012, disponíveis no site da Instituição, contidos em manuais, relatórios técnicos, e publicações internas, entre outras. Entre os resultados verificou-se que os cursos com menores índices de evasão, em quase todos os anos analisados foram: Direito, Medicina, Fonoaudiologia, Psicologia, Engenharia Mecânica, entre outros que variam de 1% a 19%. Física, Matemática e Bacharelados em Língua Alemã e Francesa são cursos recorrentes que alcançam os maiores índices de evasão, alguns alcançando 91%. Neste trabalho se propôs a adoção de indicadores de desempenho visando medir e propor medidas que minimizem os efeitos da evasão, bem como os incentivos aos alunos de modo a sua permanência nas instituições.

**Palavras chave: Evasão. Avaliação de desempenho. Universidade**

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema público de ensino superior no Brasil a cada ano vem sofrendo com cortes de verbas para pessoal e custeio, acarretando greves de servidores e professores, equipamentos e laboratórios defasados, salas de aula sucateadas, edifícios sucateados pela falta de manutenção, e em alguns casos, construções inacabadas. Paralelo a esse caos, há fatores internos que prejudicam o bom uso dos recursos públicos destinados a educação superior, – que por não serem bem utilizados ocasionam a evasão escolar.

Segundo Grove no Reino Unido, apenas 16% dos estudantes em universidades e faculdades deixam seus cursos antes do término, de acordo com a análise de Sylke Schnepf, professor de estatísticas sociais da Universidade de Southampton. Este estudo mostra que outros países, como a Noruega e França também tem taxas de abandono consideradas baixas, respectivamente, 17 e 19%. Já os Países Baixos e a Itália, apresentam as maiores taxas de 31% e 33% respectivamente. O trabalho foi publicado pelo Instituto Alemão para o Estudo do Trabalho, com a cooperação da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em que faz uma comparação entre 14 países europeus. Os dados também mostram que os estudantes voltam ao ensino superior em um momento posterior. Por exemplo, a Dinamarca é maior nesta categoria, com até 59% das pessoas que desistiram e voltam para terminar seus estudos mais tarde na vida.

Os dados sobre a evasão no ensino superior brasileiro, divulgados pelo Ministério da Educação pelo Censo da Educação Superior, segundo a Agência Senado (set/2014), constata a redução, em 5,9%, do número de estudantes que concluíram o ensino superior no país, apesar do aumento do número de estudantes matriculados em instituições públicas e privadas. O estudo compara dados dos anos de 2012 e 2013. Ainda de acordo com o Ministério, 40% dos estudantes que entram nas universidades públicas abandonam o curso antes da conclusão. Nas instituições privadas, esse índice é de 30%. O problema é que essa evasão tem um custo para os cofres públicos e a sociedade como um todo é que paga essa conta, sem que se perceba por parte do Governo e das IFES algo que possa minimizar os efeitos dessa evasão.

Segundo o professor Oscar Hipólito, reitor da Universidade Anhembi Morumbi, “no Brasil, a média de evasão entre as públicas e privadas representa por volta de 1,4 milhão de alunos, com impactos financeiros muito fortes”. Explica ainda que, “em média, um aluno custa R\$ 10 mil por ano. Se eu estou falando de 1,4 milhão de estudantes, eu estou tratando de R\$ 1,4 bilhão.” (Universia Brasil, 2015).

Os dados sobre a evasão no ensino superior no Brasil, com base no Mapa de Ensino Superior 2015 (SEMESP 2016), apontam que referente ao ano de 2013 – o mais recente dado sobre evasão – os cursos presenciais atingiram um índice de 24,9%, sendo 27,4% na rede privada e 17,8% na pública. Nos cursos de ensino a distância (EaD), esse índice chegou a 28,8%, sendo 29,2% na rede privada e 25,6% na pública. A taxa de evasão foi calculada com base nos alunos desistentes em relação aos alunos matriculados.

O Mapa de Ensino Superior 2015 (SEMESP 2016), apresenta ainda que, em 2012 havia 5,9 milhões de alunos matriculados em cursos presenciais e, no ano seguinte, esse total atingiu 6,2 milhões de matrículas, um crescimento de 3,8%. Na modalidade de ensino a distância, teve um aumento substancial na rede privada entre o ano de 2012 e 2013, cerca de 7,2%, enquanto que na rede pública, houve uma queda de 14,9%. Com relação aos cursos tecnológicos, no mesmo período, tiveram crescimento de 2,2%, sendo 1,2% na rede privada e 6,2% na rede pública.

A UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina também convive com essa situação, apresentando cursos com alto índice de evasão e que são apresentados em seu Relatório de Atividades, em um caso, curso com 91% de evasão. Diante disso, este trabalho

tem como problema de pesquisa determinar: Quais os índices de evasão sob a perspectiva de melhorar o desempenho da IFES e o custo da evasão nos cursos de graduação da UFSC?

Assim este estudo tem como objetivo geral demonstrar os índices de evasão na UFSC e indicar os custos dessa evasão nos cursos de graduação sob a perspectiva da busca de avaliar o desempenho da instituição. Os dados a serem utilizados referem-se ao período de 2008 a 2012, e pretende-se que com o alcance desse objetivo, propor meios que as IFES adotem medidas que visem reduzir a evasão escolar.

Esse trabalho justifica-se no sentido de tratar especificamente da evasão da UFSC, pois há poucos estudos publicados com relação ao assunto nessa IFES, mas também pretende-se com esse estudo contribuir com o MEC, Órgãos de controle, sociedade e de certa forma retroalimentar o processo de ensino-aprendizagem, além de modo especial contribuir para a redução da evasão junto a UFSC.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Apresenta-se neste tópico os conceitos base que fundamentam esse artigo, tais como: evasão, avaliação de desempenho, e transparência.

### 2.1 EVASÃO

O Ministério da Educação (MEC) em (Brasil-MEC, 1997), conceitua evasão, como sendo a saída definitiva dos ingressantes do curso de origem sem a sua conclusão, ou ainda, como sendo a diferença entre os ingressantes e concluintes, após uma geração completa. Apesar do conceito, na prática ocorre uma série de dificuldades para se apurar a real evasão.

Para Ristoff (1995, p.125),

a parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício mas investimento, não é fracasso - nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição - mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades.

Martins (2007) apresenta que o grau de certeza de evasão é possível determinar tecnicamente após um período de 80% do curso concluído pelos ingressantes, ou seja, aproximadamente após sete a oito anos. Argumenta que ao se aplicar o conceito de evasão apenas para aqueles alunos que não concluíram o curso no prazo legal estipulado pela Instituição, pode ocasionar medições imprecisas com relação a evasão, o que se pressupõe que ao conceito de evasão deve-se atrelar critérios mais rigorosos, visando obter maior confiabilidade dos resultados.

Biazus (2004) define que a saída do aluno da instituição de ensino, ou de um dos seus cursos, de forma temporária ou definitiva, por qualquer motivo, desde que não seja a diploma, é o que caracteriza a evasão, e apresenta tipos de evasão, sendo: definitiva, temporária e de curso.

Para ele, a evasão definitiva caracteriza como sendo aquela em que o estudante se afasta da universidade, por abandono, desistência definitiva do curso, ou por transferência para outra instituição. O abandono tem como premissa de que o aluno não tem mais interesse no curso ou na instituição, portanto, deixa de cumprir os aspectos legais, como comparecimento às aulas, não realização da matrícula ou da rematrícula, bem como o não requerimento do trancamento do curso.

A evasão temporária segundo Biazus (2004) é aquela representada pela saída do aluno da instituição, por um período determinado, ou seja, uma interrupção, normalmente caracterizado pelo trancamento voluntário ou não, observando-se os prazos legais e as regras

pré-estabelecidas em cada instituição. Também trata da evasão de curso, como sendo aquela em que o aluno muda de curso na mesma instituição, ou seja, a transferência interna.

A Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão nas IES Públicas (BRASIL / MEC 1997 p. 19) estabeleceu parâmetros metodológicos para garantir a exatidão e comparabilidade dos resultados, caracterizando evasão da seguinte forma:

- Evasão de curso – quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento, exclusão por norma institucional;
- Evasão da instituição – quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
- Evasão do sistema – quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. Entende-se por reprovação o desempenho insuficiente do aluno no final de um período letivo com relação à média ou frequência mínima exigida pela IES e que deverá cursar a disciplina novamente. No caso da IES em estudo, o aluno deve ter frequência mínima de 75% e média de 70% de aproveitamento para aprovação. O Trancamento de Matrícula quer dizer a suspensão temporária dos estudos. Neste estudo, considera-se evasão a saída do aluno de uma IES ou de um de seus cursos de forma temporária ou definitiva por qualquer motivo, exceto a diplomação.

Quanto ao impacto da evasão, Pereira (2003, p.44) ressalta que a

evasão destes alunos gera custos sociais e privados para o país. Os primeiros são mais difíceis de mensuração, pois sinalizam de um lado que os trabalhadores brasileiros permanecem com uma baixa qualificação e, de outro, que a disponibilidade de vagas nas instituições públicas, apesar de gratuitas, não contribui eficazmente para a formação de pesquisadores e técnicos capacitados que o país tanto almeja, visto que muitos interrompem definitivamente seus estudos.

Segundo Vidales (2009) há um consenso entre os estudiosos para identificar a evasão, a reprovação, a repetência, o atraso e deserção, baixa ou abandono, como fenômenos, problemas ou fatores escolares que contribuem para motivar e desencadear o fracasso escolar em uma proporção significativa de estudantes e, por outro lado, também há critérios objetivos ou indicadores para medir, analisar, avaliar e resolver esta falha e, ao mesmo tempo, avaliar a eficácia (ou ineficácia) do currículo como um atributo de sua qualidade.

Estudos tem demonstrado que a evasão é um problema comum a todas universidades, seja em nível nacional ou internacional. Segundo Silva Filho et al. (2007), relatam em seu estudo que as taxas de evasão brasileiras, estão muito próximas dos índices de universidades da América Latina e Mundiais, a apresenta dados tendo como fonte a Cinda/UNESCO de 2006 (Tabela 01) e da OCDE de 2006 (Tabela 02), que mostram os índices de evasão em alguns países da América Latina, da Europa e da Ásia.

Tabela 01- Índices de evasão total média de cursos em alguns país da América Latina

Países	Universidade Pública	Universidade Privada	TOTAL
Bolívia	-	-	73
Chile	50	63	54
Colombia	51	51	51
Cuba	25	-	25
Uruguai	72	72	72
Venezuela	60	43	52
Brasil	33	53	48

Fonte: Cinda/UNESCO de 2006, baseada nos dados do INEP 2001-2005 – (Brasil, 2006)

A Tabela 01 apresenta os índices de evasão nas Universidades Públicas e Universidades privadas, para o período de 2001-2005, em alguns países da América Latina, assim como a média entre os dois tipos de instituições. Com relação a Bolívia os dados

apresentados não separam Universidades públicas e Universidades privadas, apenas informam o total geral de 73 instituições.

Tabela 02 – Índice de evasão total média – Alguns países da OCDE - 2005

Países	Índice de evasão médio
Japão	07
Turquia	12
Reino Unido	17
Coréia do Sul	22
Alemanha	30
México	31
Estados Unidos	34
França	41
Itália	58
Suécia	52

Fonte: OCDE, 2006

A Tabela 02 mostra que a evasão é um problema que não é só das universidades brasileiras, mas sim um problema que se pode dizer globalizado, e que em termos de índices médios, o Brasil encontra-se próximo de países do primeiro mundo.

Segundo Platt Neto, Cruz e Pfister (2008, p.57)

muitos dos fatores (motivos) que conduzem os alunos à evasão escolar do ensino superior não são controláveis pela instituição. Desse modo, a instituição e seus colaboradores não podem ser prejudicados com base na avaliação de metas simples de evasão que desconsiderem a natureza dos motivos (controláveis e não controláveis).

Os autores fazem críticas aos indicadores de desempenho determinados pela Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário. A referida Decisão do TCU determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) elaborassem uma série de indicadores de desempenho, entre eles, a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação, e a Taxa de Sucesso na Graduação, devendo que os mesmos fossem incluídos nos relatórios de gestão das IFES a partir do ano de 2002, sendo que tais relatórios compõem o processo de prestação de contas das instituições.

A crítica refere-se ao fato que esses indicadores desconsideram a natureza dos motivos que levam a evasão, desconsiderados as variáveis controláveis e as não controláveis. A seguir apresenta-se o referencial teórico sobre avaliação de desempenho, e os indicadores definidos pelo TCU pertinentes a evasão escolar.

## 2.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O desempenho não pode e não deve ser mensurado apenas sob uma base quantitativa, mas também considerar questões de ordem qualitativa. A sociedade não espera do gestor público apenas relatórios sobre os recursos aplicados, mas espera também que as obras, e os serviços colocados a sua disposição também tenham qualidade e atendam as necessidades da população.

Peleias (1992) explicita que “avaliar” é a determinação de valor; ou reconhecer a grandeza, a intensidade, a força de; determinar a valia, o preço, o merecimento. Por sua vez, desempenhar significa cumprir aquilo que se estava obrigado exercer, cumprir, executar.

A avaliação de desempenho, conforme Peleias (1992, p. 119-120) “corresponde à gestão econômica de operações específicas, e diz respeito aos custos e contribuições destas operações ao resultado da empresa”. Assim, a avaliação de desempenho pressupõe a existência de parâmetros de comparação, contra os quais o desempenho é confrontado, tanto

em termos físicos como financeiros. Também se faz necessário um intervalo de tempo para que a avaliação de desempenho possa ser realizada.

Para Pereira (1991), avaliar o desempenho se constitui num meio de tomar decisões adequadas, sendo um processo complexo que incorpora características informativas que são essenciais na integração do processo de gestão, em suas fases de planejamento, execução e controle.

Segundo Suzuki e Gabbi (2009), o setor público por suas características tem maiores dificuldades de utilizar a avaliação de desempenho, com a mesma objetividade e aplicação que o setor privado, além de que, enquanto o setor privado tem como objetivo o lucro, o setor público tem uma série de objetivos tangíveis e intangíveis, difíceis de serem operacionalizados, tais como cidadania e equidade.

McGee e Prusak (1994) afirmam que a avaliação de desempenho deve se compor de um conjunto de medidas financeiras e não-financeiras; de processos de gestão bem definidos que se adaptem aos indicadores; e uma infraestrutura que possibilite a coleta, filtragem, análise e propagação dos mais importantes indicadores às pessoas dentro da organização.

De acordo com Sink e Tuttle (1993), só se saberá a ocorrência de melhorias constantemente se empreender um esforço sistemático para projetar e desenvolver um sistema de medição e avaliação na organização, capaz de responder perguntas como: se as gerências dispõem de instrumentos certos para execução de suas decisões; qual o nível de qualidade destes instrumentos; e se estes instrumentos podem se tornar melhores, entre outros. Explicitam que se deve medir a performance dos sistemas organizacionais onde se inclui a eficácia, eficiência, qualidade, produtividade, inovação, lucratividade etc., e também a performance total. Medir o desempenho, para Sink e Tuttle (1993, p.146), deve ser uma “combinação de aspectos qualitativos e quantitativos, subjetivo e objetivo, intuitivo e explícito, físico e lógico, conhecido e desconhecido, passível de conhecimento e avaliação e não passível de conhecimento, mente humana e ferramentas de suporte”.

Os indicadores de medição devem representar a complexidade do ambiente competitivo no qual está inserida a organização, para que possam refletir com acuracidade a diversidade deste ambiente. Apenas estabelecer medidas não será suficiente para o sistema de avaliação de desempenho funcionar. Faz-se necessário transformar os dados de medição em informações úteis, de modo a indicar a performance da organização.

A gestão pública, além de avaliar o seu desempenho (gestores, servidores e serviços prestados), também se faz necessário prestar contas do uso dos recursos públicos aplicados, demonstrar de forma transparente o uso dos mesmos, e proceder a sua divulgação a população.

A Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário, propôs que todas as Instituições Federais de Ensino Superior utilizem dois indicadores de desempenho relativos a evasão escolar: Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG), e a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

A Taxa de Conclusão dos cursos de Graduação é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressos. O valor de TCG não expressa diretamente as taxas de sucesso observadas nos cursos da universidade, ainda que haja uma relação estreita com fenômenos de retenção e evasão. O TCG contempla a eficiência com que a universidade preenche as suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos. O TGC é medido considerando a relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING<sub>5</sub>) cinco anos antes, por meio da fórmula:  $TCG = DIP \div ING_5$ .

Já a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) evidencia o impacto da evasão escolar nos cursos de graduação é o de “Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)”, cuja apuração é exigida de todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é calculada considerando: o número de diplomados, também chamados de concluintes, considerando apenas os

ingressantes via concurso vestibular, levando em conta a duração média de cada curso. Para contagem do número de ingressantes é calculado o ano de ingresso do aluno em seus respectivos cursos, ou seja, depende da duração de cada curso, através da fórmula:

$$\text{TSG} = \text{N}^\circ \text{ de Diplomados (N}_{di}) \div \text{N}^\circ \text{ Total de Alunos Ingressantes}$$

Estes indicadores criados pelo TCU tem um fim específico, a obtenção de um padrão nacional entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de maneira que possa se prestar contas dos recursos utilizados por essas IFES, e de forma transparente mostrar a sociedade brasileira, se os mesmos foram bem utilizados, dentro dos princípios da eficiência e economicidade, da eficácia e da efetividade.

### 2.3 TRANSPARÊNCIA

A transparência hoje no Brasil tem ares de “salvador da pátria” diante dos constantes casos de corrupção, das delinquências do homem público e das ineficiências institucionais. Há um clamor geral pela transparência das instituições, pela abertura das contas públicas e pela moralização da política e dos homens públicos. Segundo Heald (2006 *apud* FILGUEIRAS, 2011), para que o exercício da *accountability* ocorra, e que o cidadão tenha esse conhecimento, é necessário haver limpidez nas instituições políticas, e que estas informem e prestem contas ao cidadão comum.

Conceitualmente, segundo Stiglitz (1999), a noção de transparência, significa ser regra de conduta do homem público, carregando um poder simbólico que se associa a abertura de processos e resultados da gestão pública das instituições públicas e governos, e que também se relaciona com negócios de mercado. Neste sentido, o conceito de transparência é atrelado como uma questão de economia da informação, visando melhores resultados para o investimento público, realizado por instituições públicas e privadas. Pode-se inferir pelo exposto que a transparência deve ser utilizada não somente para a área pública, mas também por todas as atividades privadas.

Filgueiras (2011, p.82) ao tratar da transparência afirma:

a política de transparência não permite uma distinção clara entre a razão pública e razão não pública, nem formular uma concepção de publicidade que especifique uma distinção mais clara entre o público e o privado. Consequentemente, permite que razões não públicas sejam determinantes para se estabelecer juízos acerca da moralidade pública e do resultado de políticas ensejadas no plano das instituições.

Deduz-se que a política de transparência identifica uma ineficiência de *accountability*, em que as questões envolvendo a reputação dos indivíduos é central para uma política de moralização e não de responsabilidade. Parece não haver uma busca pela responsabilização dos agentes políticos e das instituições, mas sim por uma maior moralização da atividade política.

### 2.4 PESQUISAS CORRELATAS

Como pesquisas correlatas ao assunto tratado neste artigo, apresenta-se alguns trabalhos e autores que tratam do assunto, tais como:

- Vieira e Miranda (2015) mapearam o perfil dos alunos ingressantes entre os anos 1994 a 2013 no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia-MG. O estudo constata que na primeira década (1994 a 2003), o tipo de evasão predominante foi o abandono, e na segunda década (2004 a 2013), o tipo de evasão predominante foi desistência;
- Silva Filho et al (2007) em seu estudo sobre evasão no ensino superior brasileiro, apontam que a evasão anual média entre 2000 a 2005, para o conjunto formado por

todas as IES do Brasil foi de 22%, e que não diferem muito das médias internacionais, variam bastante por dependência administrativa (pública ou privada), região e curso;

- Veloso e Cardoso (2008) realizaram um estudo junto a UnB – Universidade de Brasília cujos resultados da pesquisa demonstrou que alunos cotistas da instituição se evadem menos que não cotistas, contrariando previsões dos críticos da reserva de vagas;
- Schwartzman (1994) desenvolveu seu trabalho pelo Núcleo de Pesquisas sobre o ensino superior da USP – Universidade de São Paulo, sobre indicadores para as universidades brasileiras, onde questiona os indicadores usualmente utilizados, principalmente porque esses dados referem-se as Universidades Públicas Federais e não envolvem as demais Instituições, não havendo portanto comparabilidade desses dados para o ensino superior brasileiro como um todo;
- Pereira (2003) que apresenta em seu trabalho baseado em Instituições de ensino superior privadas, a mensuração dos custos ocultos na evasão escolar do ensino superior, tratando-os como aqueles que são provenientes da perda de uma receita pelo abandono do curso pelo aluno;
- Costa (2008), com base em dados da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2004 pesquisou a opinião de 21.600 alunos ativos, sobre os instrumentos ou iniciativas que incentivam a permanência dos discentes na universidade, obtendo como resultado: Restaurante universitário com 25%; Bolsas de pesquisa com 19%; Bolsa trabalho com 18%; Bolsa Primeiro emprego 17%; Alojamento 17%; Outros 4%; e
- Vidales (2009) em seu trabalho busca identificar o absentismo, o fracasso, a repetição, o atraso e deserção, baixa ou abandono, como fenômenos, problemas ou fatores escolares, que contribuem para o insucesso escolar. O foco é sobre as taxas de insucesso e de abandono. O estudo foi realizado em uma unidade acadêmica da Universidade Autônoma de Zacatecas, México, no ano de 2009.

Diversos são os trabalhos sobre evasão no ensino superior, na sua grande maioria apontando os mesmos problemas e dificuldades das IES em reverter esse quadro, tanto no Brasil como na grande maioria dos países. Buscou-se apresentar aqueles que melhor se relacionam com nosso trabalho. A seguir apresenta-se a metodologia que norteia esse trabalho.

### **3. METODOLOGIA**

Neste tópico se apresenta o delineamento da pesquisa, a população e amostra a ser pesquisada neste trabalho; os tipos de dados a serem coletados, os instrumentos de pesquisa e as limitações da pesquisa.

#### **3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Delimitar a pesquisa significa apresentar procedimentos de investigação que permitam responder as perguntas de pesquisas, de forma a solucionar o problema proposto e desta forma atingir os objetivos propostos.

Kerlinger (1980) define delineamento como sendo o plano e a estrutura de investigação, que permite a obtenção de resposta para as perguntas de pesquisa, ou seja, ela se torna um guia para a exploração, coleta e análise dos dados. Assim, através do problema de pesquisa estrutura-se um guia para exploração, coleta e análise dos dados, visando obter as informações necessárias para atingir os objetivos propostos.



Esse trabalho sob o ponto de vista dos seus objetivos se trata de uma pesquisa exploratória, tem em vista que busca ampliar o conhecimento a respeito de um determinado assunto.

Sob o ponto de vista da abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo por base conhecimentos teórico-empíricos para embasar a pesquisa e não utilizando instrumental estatístico para a análise dos dados e resultados.

A pesquisa sobre a ótica dos procedimentos trata-se de uma pesquisa documental, em que dados da pesquisa disponíveis no site da UFSC foram utilizados para demonstrar e permitir as conclusões dessa pesquisa. Para dar suporte à análise dos dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, sites, entre outros.

### 3.2 AMOSTRA E DADOS

A pesquisa tem como foco os índices de evasão dos cursos de graduação da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 2008 a 2012, disponíveis no site da Instituição. (UFSC, 2013). Os dados coletados encontram-se disponíveis na instituição, contidos em manuais, relatórios técnicos, publicações internas, banco de dados, entre outras.

### 3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar do tema, ter uma amplitude muito vasta que permite uma abordagem intensiva das variáveis escolhidas para o estudo, a maior limitação prende-se ao fato da realização deste estudo ocorrer apenas na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, no entanto, o tema diz respeito a todas as Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, presumindo-se que o modelo a ser proposto possa ser aplicável em outras instituições de ensino, atendendo as peculiaridades de cada curso e instituição.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Neste tópico apresentam-se os dados sobre a evasão da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, referente ao período de 2008 a 2012, é que se encontram disponíveis no Relatório de Atividade 2012 no site da Instituição de Ensino. Pretende-se em função destes dados, relacionar a evasão com outras pesquisas correlatas, apresentar os custos que envolvem a evasão e que são arcados pela sociedade brasileira como um todo, e ao final propor indicadores de desempenho para a Instituição como forma de buscar diminuir a evasão em seus cursos.

### 4.1 A EVASÃO NA UFSC E ALGUMAS PESQUISAS CORRELATAS

Inicialmente se apresenta na Tabela 03 os dados de evasão por categoria, relativos aos anos de 2008 a 2012, constatando-se que a categoria abandono contém o maior número de alunos evadidos, seguido pela categoria desistência.

Tabela 03 - Dados de evasão por categorias dos cursos de graduação de 2008 a 2012

<b>Categorias</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Abandono	1.054	63,2	917	57,2	794	51,3	312	47,0	1.916	60,7
Desistência	465	27,8	541	33,8	595	38,4	298	44,8	930	29,4
Falecimento	5	0,3	5	0,3	6	0,5	5	0,7	5	0,2
Jubilamento	7	0,4	7	0,4	5	0,3	3	0,5	92	2,9
Transferência	25	1,5	20	1,3	16	1,0	3	0,5	45	1,4
Troca de curso	114	6,8	112	7,0	132	8,5	43	6,5	171	5,4
<b>TOTAL</b>	<b>1.670</b>	<b>100</b>	<b>1.602</b>	<b>100</b>	<b>1.548</b>	<b>100</b>	<b>664</b>	<b>100</b>	<b>3.159</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatório de Atividades PROGRAD-UFSC – 2012

Denota-se que as categorias, abandono e desistência, na UFSC, representou em torno de 90% da evasão nos períodos de 2008 a 2012. A Tabela 04 demonstra os dados sobre a evasão dos cursos presenciais da UFSC de 2008 a 2012. Nessa tabela listou-se os cursos com maior e menor índice de evasão de cada Centro de Ensino, baseado nos dados constantes do Relatório de Atividades UFSC 2012, constante do site (UFSC, 2013).

Tabela 04 – Percentual (%) de evasão dos cursos de graduação: 2008 a 2012

Cursos/Centros	Percentual (%) de Evasão				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>CCA - Centro das Ciências Agrárias</b>					
Agronomia	24%	25%	16%	7%	13%
Engenharia de Aquicultura	37%	17%	25%	8%	15%
Zootecnia	44%	24%	23%	13%	10%
Ciência e Tecnologia de Alimentos		27%	15%	7%	17%
<b>CCB - Centro das Ciências Biológicas</b>					
Ciências Biológicas (B e L)	25%	22%	20%	10%	13%
<b>CCE - Centro de Comunicação e Expressão</b>					
Letras – Alemão	62%	69%	49%	42%	43%
Letras – Francês	76%	65%	41%	17%	25%
Jornalismo	22%	24%	11%	5%	9%
Artes Cênicas - Teatro	28%	37%	26%	11%	12%
Outros cursos: Cinema, Design, Espanhol, Inglês Italiano, Português, Secretariado e Libras	45%	37%	34%	12%	17%
<b>CCJ - Centro das Ciências Jurídicas</b>					
Direito	8%	11%	4%	0%	3%
<b>CCS - Centro das Ciências da Saúde</b>					
Enfermagem	27%	17%	15%	3%	8%
Farmácia	23%	14%	14%	4%	8%
Medicina	8%	7%	4%	3%	1%
Fonoaudiologia	9%	7%	3%	2%	3%
Outros cursos: Nutrição e Odontologia	20%	9%	12%	5%	6%
<b>CDS - Centro de Desportos</b>					
Educação Física – Bacharelado	31%	23%	21%	13%	13%
Educação Física – Licenciatura	34%	20%	10%	11%	11%
<b>CED – Centro de Ciências da Educação</b>					
Biblioteconomia	33%	35%	26%	16%	14%
Pedagogia	31%	25%	24%	6%	15%
Arquivologia			39%	15%	14%
Educação no Campo		63%	51%	4%	22%
<b>CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas</b>					
Ciências Sociais	53%	46%	32%	16%	19%
Filosofia	59%	32%	49%	32%	25%
Psicologia	18%	13%	8%	8%	7%
Outros cursos: Antropologia, Geografia, Geologia, História, Museologia, Oceanografia	31%	26%	30%	9%	10%
<b>CFM – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas</b>					
Física - Bacharelado	76%	63%	45%	13%	27%
Física - Licenciatura	62%	63%	59%	28%	50%
Matemática	69%	64%	61%	22%	44%
Matemática e Computação Científica	91%	69%	66%	49%	51%
Outros cursos: Meteorologia e Química	49%	62%	22%	0%	18%
<b>CSE – Centro Socioeconômico</b>					
Administração	24%	16%	13%	5%	5%
Ciências Contábeis	27%	26%	12%	4%	8%
Ciências Econômicas	39%	32%	28%	6%	18%
Relações Internacionais		12%	5%	2%	6%
Serviço Social	25%	23%	23%	3%	12%
<b>CTC – Centro Tecnológico</b>					
Engenharia Mecânica	7%	10%	12%	3%	3%
Engenharia Química	13%	10%	4%	6%	7%
Arquitetura e Urbanismo	14%	19%	7%	5%	5%
Ciências da Computação	53%	39%	33%	6%	16%

Engenharia de Produção Elétrica	46%	43%	26%	13%	11%
Outros cursos: Engenharia Civil, Alimentos, Controle e automação, Materiais, Produção Civil, Elétrica, Sanitária, Sistemas de Informação	27%	29%	20%	9%	10%

Fonte: Relatório de Atividades PROGRAD-UFSC – 2012

Vieira e Miranda (2015) em seu estudo mapearam o perfil dos alunos ingressantes entre os anos 1994 a 2013 no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia e que se evadiram até 31 de agosto de 2014. Constataram que na primeira década (1994 a 2003), constatando que a taxa geral de evasão de 14%, sendo o tipo de evasão predominante foi o abandono, e na segunda década (2004 a 2013), o tipo de evasão predominante foi desistência. Comparativamente com o curso de Ciências Contábeis da UFSC – tabela 04 – percebe-se que os percentuais em determinados períodos são convergentes.

Na Tabela 04, mostra-se que em 2008 o curso com maior evasão foi do curso de Matemática e Computação Científica com 91% de evasão, seguido do curso de Física – Bacharelado e Letras – Língua Francesa com 76% de evasão, respectivamente.

No ano de 2009, os cursos com maior índice de evasão, foram os de Matemática e Computação Científica e Letras – Língua Alemã com 69%, e Letras – Língua Francesa com 65%. Em 2010, Matemática e Computação Científica e Matemática, com 66% e 61% respectivamente, foram os cursos com maior índice de evasão.

Em 2011, novamente o curso de Matemática e Computação Científica foi o que apresentou o maior índice de evasão com 49%, e em segundo lugar o curso de Letras – Língua Alemã com 42%. Finalmente em 2012, novamente repetiu-se com maior índice de evasão o curso de Matemática e Computação Científica com uma taxa de 51%, seguido do curso de Física – Licenciatura com 50%.

Ressalte-se também os cursos com menores índices de evasão, em quase todos os anos analisados: Direito, Medicina, Fonoaudiologia, Psicologia, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Arquitetura e Urbanismo, e Relações Internacionais, que variam de 1% a 19%. Consequentemente, os centros de ensino da UFSC que apresentam cursos com maiores índices de evasão são: Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Centro de Comunicação e Expressão, e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Silva Filho et al. (2007) em seu estudo sobre evasão no ensino superior brasileiro, apontam que a evasão anual média entre 2000 a 2005, para o conjunto formado por todas as IES do Brasil foi de 22%, e que não diferem muito das médias internacionais, variam bastante por dependência administrativa (pública ou privada), região e curso. O mesmo estudo aponta que na região Sul a evasão média anual (2000 a 2005) corresponde em média a 22%, sendo que o estado do Paraná tem a evasão anual mais baixa da Região Sul, e em relação ao Brasil, enquanto Santa Catarina praticamente acompanha o padrão da Região Sul, ligeiramente acima do padrão nacional. O Rio Grande do Sul tem a mais alta taxa de evasão da região, acima da média nacional.

O estudo analisa os cursos com maior/menor taxas de evasão entre 2000 a 2005, onde constatou que Matemática lidera a lista das maiores taxas com 44% de evasão em 2005, sendo a média para 2001-2005 fica próxima a 30%, e Medicina é o curso com menor taxa de evasão média para 2001-2005 de 4%.

Veloso e Cardoso (2008) realizaram um estudo junto a UnB – Universidade de Brasília verificando qual o comportamento dos índices de evasão para os alunos ingressantes cotistas. Os resultados decerta forma surpreenderam os pesquisadores, já que a pesquisa demonstrou que alunos cotistas da instituição se evadem menos que não cotistas, contrariando previsões dos críticos da reserva de vagas. Esses dados são auspiciosos e provavelmente refletem um maior empenho nos estudos por parte dos que ingressaram pela reserva de vagas.

## 4.2 CUSTOS × ENSINO SUPERIOR × EVASÃO NA UFSC

Esse é outro fator que as Universidades de modo geral não apresentam em seus relatórios de gestão. Os indicadores de gestão propostos pelo TCU – Tribunal de Contas da União por meio da decisão nº 408/2002 e Acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006, contemplam vários indicadores, no entanto, não contempla o custo por aluno evadido.

Tabela 05 – Custo corrente por aluno

Ano	Custo corrente p/aluno equivalente (R\$)
2006	9.967,58
2007	9.527,34
2008	11.807,73
2009	14.276,10
2010	16.053,33
2011	15.747,55
2012	19.050,19
2013	20.456,30
2014	21.830,26
2015	19.656,46

Fonte: Boletins de Dados da UFSC (2016)

Na UFSC os relatórios de gestão e boletins de dados da UFSC (2016), contemplam o custo corrente por aluno, que engloba para si o custo da evasão dos alunos, já que sua fórmula se compõe de: Custo corrente ÷ Aluno equivalente, ou seja, o custo é dividido apenas pelos alunos cursando a Universidade. O valor do custo por aluno na UFSC entre 2007 a 2014 foi crescente, tendo uma pequena redução no ano de 2015, conforme a Tabela 05. Mesmo, no caso, a UFSC ter este indicador, ele não é utilizado como fator motivador e como fator de desempenho para avaliar as políticas adotadas pela Universidade com relação ao assunto. Neste caso, este indicador contém o custo dos alunos evadidos, o que poderia ser evitado se eles fossem considerados no cálculo, e posteriormente fossem tratados de modo diferenciado.

Schwartzman (1994, p.5) desenvolveu seu trabalho pelo Núcleo de Pesquisas sobre o ensino superior da USP – Universidade de São Paulo, sobre indicadores para as universidades brasileiras, onde questiona os indicadores quando afirma: “estes indicadores sofrem de diversos problemas e seu uso deve ser feito de forma muito cautelosa. Na análise do custo de um determinado produto da Universidade é preciso que se tenha uma apropriação de custos extremamente detalhada”.

Ainda Schwartzman (1994) afirma que esse critério de avaliação chama-se de indicador de eficiência, uma forma muito difundida, mas que apresenta enormes dificuldades de comparação com outras universidades, tendo como razões, os diferentes objetivos e vocações das universidades e suas estruturas de custos, quando as têm.

A sociedade que paga pelos serviços prestados pela Administração pública, desconhece quanto custa cada aluno do ensino superior público no Brasil, e muito menos quanto representa os alunos evadidos, que além de não estarem estudando, deixam suas vagas que na grande maioria das vezes não são ocupadas por outros estudantes, daí o crescente aumento do valor do custo por aluno, ou seja, essas questões que mostram e ineficácia das universidades, também propiciam a falta de transparência desse assunto, bem como a falta de prestação de contas com relação ao mesmo.

Perguntas como qual é o custo do aluno que se evadiu da Universidade para a sociedade que arca com esse custo, ficam sem respostas, porque não há essa preocupação em mostrar esses valores. Sabe-se também que os custos apresentados na Tabela 05, está calculado de uma maneira geral, pois cada curso tem características diferentes, com espaços

físicos diferentes, com professores em diferentes níveis de formação e classe, e uma série de fatores que nos permite afirmar que cada curso tem um custo diferenciado, e que, cada aluno evadido também deve ter um custo diferente, dependendo do curso no qual ele estava matriculado.

Neste sentido o trabalho de Pereira (2003) que apresenta como objetivo medir os custos ocultos na evasão escolar do ensino superior corrobora com este trabalho, no sentido de que esses custos são aqueles provenientes pela perda de uma receita, ou o chamado custo de oportunidade. As Universidades federais não cobram mensalidades de seus alunos, já que o ensino é gratuito, mas o fato do aluno evadir-se significa que recursos públicos foram perdidos pela não aderência do aluno ao curso/faculdade. Infere-se então que as universidades públicas tenham alguma metodologia para medir o seu resultado econômico, mensurando seus custos por curso, e a sua rentabilidade, permitindo gerencialmente que se avalie o quanto um aluno que se evade representa em termos de perdas para a universidade e a sociedade.

#### 4.3 INDICADORES DE DESEMPENHO E A EVASÃO

Como já se tratou neste trabalho, a evasão é um problema que afeta todas as Universidades, faculdades e centros de ensino superior, sejam públicas ou privadas. No entanto, sabidamente de difícil solução por completo, uma vez que envolve uma série de fatores, alguns controláveis pela Instituição e outros não controláveis, logo se deve buscar minimizar os seus efeitos, nos fatores controláveis. Assim sendo, sugere-se que haja por partes da IES (Instituições de Ensino Superior), programas e projetos institucionais que busquem minimizar esse problema, e que as mesmas IES, possam ter elementos capazes de avaliar o quanto aumentou ou diminuiu a evasão considerando-se esses programas.

Especificamente na UFSC propõem-se sob a forma de Indicadores de desempenho para os cursos de graduação, pelo menos três índices – para uso interno.

- a) Índice de adesão dos alunos ingressantes ao Programa Evasão Zero, com a finalidade de medir o quantum de alunos ingressantes entre os alunos matriculados da primeira fase participam desse programa, ou seja:

**$$\text{N}^{\circ} \text{ alunos ingressantes que participam do programa} \div \text{N}^{\circ} \text{ de alunos ingressantes matriculados}$$**

A Universidade em estudo deverá estabelecer metas, sendo a ótima um índice de 1(um) ou seja, todos os alunos ingressantes aderiram, ou reduzindo o índice a um valor que se considere aceitável.

O Programa Evasão Zero, envolveria os centros de ensino, os departamentos de ensino, as coordenações dos cursos envolvidos, e os alunos ingressantes de cada curso, com finalidades específicas de motivar os mesmos a se manterem nos cursos escolhidos. Primordialmente irá apresentar a Universidade aos novos alunos – estrutura, funcionamento, importância no contexto da cidade, região, estado, país e mundo; conhecer as expectativas do aluno com relação ao curso e a universidade; expectativas com relação a futura profissão, campo de atuação e futura remuneração, buscando respostas positivas que venham ao encontro ao que o aluno ingressante espera obter.

Outro indicador de desempenho é conhecer o quanto desses alunos ingressantes, que aderiram ao Programa Evasão Zero(PEZ), se evadiram do ensino superior, representado:

**$$\text{N}^{\circ} \text{ de alunos que aderiram ao PEZ evadidos no semestre} \div \text{N}^{\circ} \text{ de alunos que aderiram ao PEZ}$$**

A Universidade em estudo deverá estabelecer metas, sendo a ótima um índice de Zero ou seja, de todos os alunos ingressantes que aderiram ao PEZ, nenhum evadiu-se do ensino superior, ou reduzindo o índice a um valor que se considere aceitável. Ressalte-se que se o

índice não for zero, que a Instituição busque se informar os motivos que levaram a evasão, para que se conheça os motivos e se melhore o PEZ.

Estes indicadores deverão ser medidos novamente ao final de cada semestre, pois sabe-se que outros fatores podem estar contribuindo para o aumento da evasão, tais como, incompatibilidades com específico docente, disciplina, estrutura física do curso, de laboratórios e outros.

Esses mesmos indicadores de desempenho podem também ser aplicados para os alunos que já estudam na Instituição, mas que não participaram do PEZ, como forma de medir a validade do programa com relação a sua eficiência e eficácia.

#### 4.4 INCENTIVO A PERMANÊNCIA DOS DISCENTES

A manutenção dos discentes também deve ser acompanhada por meio de índices que meçam iniciativas da Universidade para evitar a evasão dos mesmos. Estudos correlatos, como o de Costa (2008), com base em dados da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2004 pesquisou a opinião de 21.600 alunos ativos, sobre os instrumentos ou iniciativas que incentivam a permanência dos discentes na universidade. Os resultados obtidos foram: Restaurante universitário com 25%; Bolsas de pesquisa com 19%; Bolsa trabalho com 18%; Bolsa Primeiro emprego 17%; Alojamento 17%; Outros 4%.

Muitas dessas iniciativas/instrumentos, como Restaurante Universitário e Alojamento fazem parte da estrutura física das universidades, e demandam recursos para a sua manutenção, aumento de área física, que inevitavelmente demandam recursos públicos, que nem sempre estão disponíveis por órgãos financiadores do Governo Federal. Pode-se adotar índices de avaliação considerando os alunos equivalentes com relação ao consumo no Restaurante Universitário, e com relação aos demais itens apontados na pesquisa de Costa, como um modo de se estipular uma meta atingível, e a cada ano, melhorar essa, buscando a melhoria desses indicadores. Esses indicadores poderão ser aplicados de forma idêntica, ao número de bolsas de pesquisa, monitoria, trabalho pelo total de alunos, ou pelos alunos de graduação, ou de pós-graduação, com o objetivo de maximizar gradativamente as quantidades por aluno, de modo a medir o incentivo a permanência dos mesmos no ensino superior, evitando-se a evasão.

### 5. CONCLUSÕES

A evasão tem se mostrado ser o problema de grande maioria das Universidades, sejam brasileiras ou não, públicas ou privadas, se configurando um problema que a princípio não apresenta uma solução, pelo menos a curto prazo, para a sua solução. No caso em estudo, se sabe quais são os cursos com maior ou menor participação na evasão, mas carecem de políticas efetivas para a sua redução, e as que existem aparentam não ser suficientes para essa redução, apresentando como o curso de Física 91% de evasão, no entanto cursos como Medicina e outros da área da saúde e das engenharias apresentados percentuais muito próximos a zero.

Concomitante a essa questão, percebeu-se a falta de divulgação e transparência com relação aos efeitos dessa evasão junto a sociedade, que é quem arca com esse oneração dos custos do ensino público gratuito. Nesse sentido, a instituição em estudo, apresenta apenas os custos por aluno para cumprir determinação dos órgãos fiscalizadores, dividindo simplesmente o custo total pelo número de alunos, como se todos os cursos apresentassem a mesma configuração, quando se sabe que eles são muito diferentes entre si, e portanto, devem ter custos diferenciados. Isso se reflete nos custos da evasão, que alguns autores citados,

tratam como custos ocultos, mas que não são determinados e divulgados nos relatórios de gestão da instituição.

No sentido de contribuir, dedica-se parte do trabalho para a proposição de indicadores de desempenho para contribuir em evidenciar o comportamento da evasão na instituição em estudo. Oportunizando o seu uso como parâmetros para os cursos – corpo diretivo, docentes e discentes, buscando a redução da evasão e os respectivos custos para a sociedade de modo a maximizar os recursos públicos investidos na educação superior.

## REFERENCIAS

BLAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis**. Florianópolis, 2004. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.

COSTA, José F. Serra da. **Um modelo multicritério na universidade pública: hierarquização de instrumentos de incentivo como forma de evitar a evasão discente**. Revista Eletrônica Sistema & Gestão. Rio de Janeiro, v.3., p.27-38, jan/abr 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência: accountability e política de publicidade**. Lua Nova, São Paulo, 2011.

GROVE, Jack. **UK has ‘lowest drop-out rate in Europe’**. Abr/2014. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/news/uk-has-lowest-drop-out-rate-in-europe/2012400.article>. Acesso em 05 jun 2016

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EDUSP, 1980.

SILVA FILHO, R.L.L. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Instituto Lobo para o desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Cadernos de pesquisa. v.37, n.132, p-641-659, set/dez 2007.

MARTINS, Cleidis B.N. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. Dissertação (mestrado profissional). Pedro Leopoldo: Fundação Pedro Leopoldo, 2007.

MCGEE, James., PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

PLATT NETO, O., CRUZ, F., PFISTER, Elisete D. **Utilização de metas de desempenho ligadas à taxa de evasão escolar nas Universidades Públicas**. REPEC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. Brasília. v.2. n.2, p-54-74, mai/ago 2008.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Avaliação de desempenho: um enfoque de gestão econômica**. São Paulo, Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

PEREIRA, Carlos Alberto. **Estudo de um modelo conceitual de avaliação de desempenho para a gestão econômica**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

PEREIRA, Fernanda C.B. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para a Instituição de ensino superior: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense**.

Tese (Doutorado) – Engenharia de Produção e Sistemas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em foco: reflexões sobre educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

SCHWARTZMAN, Jacques. **Um sistema de indicadores para as universidades brasileiras**. NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre o ensino superior. USP-São Paulo. Mai/1994. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9405.pdf>. Acesso em 15 jun 2016.

SEMESP – Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior. Mapa de Ensino Superior no Brasil 2015. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Acesso em 20 jun 2016.

SINK, D. Scott., TUTTLE, Thomas C. **Planejamento e medição para a performance**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

SUZUKI, Juliana A.N.; GABBI, Ligia V.B. **Desafios da avaliação de desempenho no setor público: o caso da Prefeitura Municipal de São Paulo**. In: Congresso Consad de Gestão Pública – painel 13: Enfrentando as dificuldades de mensuração de desempenho no setor público, 2., 2009, Brasília-DF. **Anais**.

STIGLITZ, J. *On liberty, the right to know, and public discourse: the role of transparency in public life*. Oxford: Amnesty Lectures, 1999.

VELLOSO, J.; CARDOSO, C.B. Evasão na educação superior: alunos cotistas e não-cotistas na universidade de Brasília. In: REUNIÃO DA ANPED - GEA – GRUPO ESTRATÉGICO DE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, 31., 2008, Caxambu, MG. **Anais**. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT11-4981--Int.pdf>. Acesso em: 23 jun 2016.

VIDALES, Saúl. **El fracaso escolar en la educación media superior: el caso del bachillerato de una universidad mexicana**. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación. v.7, n.4, p.321-341, 2009.

VIEIRA, D.B., MIRANDA, G.J. O perfil da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia: ingressantes entre 1994 a 2013. In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. 6, 2015. Florianópolis-SC. **Anais**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. **Relatório de Atividades UFSC 2012**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: (<http://dpgi.proplan.ufsc.br/files/2013/12/RELATORIO-ATIVIDADES-2012-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>). Acesso em: 05 jun 2016.

\_\_\_\_\_ Boletim de Dados 2015. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2013/02/Boletim-de-Dados-2015.pdf> . Acesso em: 05 jun 2016.

DESPREPARO de alunos leva a evasão nos cursos superiores, alerta Cristovam.

Agência/Rádio Senado. | 10/09/2014. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/10/cristovam-buarque-evasao-no-ensino-superior> Acesso em: 20 jun 2016.



ÍNDICE de evasão do Ensino Superior do Brasil é de cerca de 21%. Universia. Brasil. 06 Out 2015. Disponível em:

<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2015/10/06/1132040/indice-evasao-ensino-superior-brasil-cerca-21> Acesso em 20 jun 2016